



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

[Handwritten signature]

Assembleia de Freguesia de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória.

ATA Nº 05

Aos catorze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte seis pelas vinte e uma horas e quinze minutos, no edifício de Santo Ildefonso, pertença da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, reunida para continuação Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia do dia 28 de abril de 2026, ao abrigo da alínea b) do Artigo 14º, da Lei 75/2013, no Salão Nobre Wilson Faria do edifício de Santo Ildefonso, sito na Rua Gonçalo Cristóvão, 187, 4000-269, no Porto, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

Ponto 1. Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas Relativos ao ano de 2025; -----

Ponto 2. Apreciação e Votação da Primeira Revisão Orçamental para Inclusão do Saldo de Gerência; -----

Ponto 3. Apreciação do Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais da União de Freguesias; -----

1

Ponto 4. Apreciação da Informação do Presidente sobre a atividade desenvolvida e situação financeira. -----

Verificaram-se as seguintes presenças: -----

PARTIDO SOCIALISTA – Ricardo Jorge Amorim Teixeira, José Luís Ferreira Rodrigues da Silva, Ana Sofia Pinto Barbosa, Luís Miguel Pereira da Silva; Ana Sofia Carvalho dos Santos; Valentina do Amparo Baptista Rodrigues Gonçalves Almeida e Ana Maria Miguéis Martins e Sá. -----

O PORTO SOMOS NÓS – João Pedro Rocha Videira, José Manuel Borregana Meireles, Susana Machado Estácio Marques, Manuel Cardoso Monteiro, Ricardo Alberto da Fonseca Gouveia, Maria João de Freitas Arriscado Nunes e Ricardo Jorge Loureiro Baptista. -----

LIVRE – Maria Inês da Silva Antunes Moreira -----

CDU – Vítor Vladimiro Cardoso Vieira. -----

CHEGA – Sara Isabel Rocha Freitas da Silva -----

FAZER À PORTO – José Alexandre Cordeiro de Melo Teixeira -----

BLOCO DE ESQUERDA – Miguel Albergaria Furtado Semedo -----

Faltas: -----

LIVRE – Daniel de Sousa Gonçalves, substituído por Maria Inês da Silva Antunes Moreira. -----

CDU – Ana Margarida da Silva Almeida, substituída por Vítor Vladimiro Cardoso Vieira. -----

Deputados que pediram substituição e que apresentaram justificação: -----

PS – António José dos Reis Ferreira. -----

Executivo – Estiveram presentes os seguintes membros: Nuno Filipe Teixeira da Cruz (Presidente), Madalena Cristina Von Hafe Garcia (Vogal Secretária), Rui Pedro da Silva



**ASSEMBLEIA
DE FREGUESIA**



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Cavalheiro (Vogal Tesoureiro) e os Vogais: Sandra Maria Ribeiro Mondim e José António Teixeira. -----

Presidente da AF – Cumprimentou todos os presentes, uma vez que existia quórum declarou aberta a sessão. Estiveram presentes 19 elementos. De seguida entrou-se no período Antes da Ordem do Dia, tendo sido dada a palavra ao Público, mas ninguém se inscreveu para o fazer. De imediato deu a palavra ao Deputado João Videira, do PSN para o mesmo fazer um Ponto de Ordem à Mesa. -----

João Videira (PSN) – Iniciou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes. Solicitou que o informassem sobre a suspensão da última Assembleia, tendo sido proposto o adiamento dos Pontos 1 e 2 da O.T. Quer saber se este assunto não causa algum constrangimento por ser hoje discutido. -----

Presidente da AF – Interveio para informar que a anterior Assembleia foi convocada para o dia 28/04/2026. Foi dada a palavra ao Público e foram propostas várias Moções, etc. e o Sr. Presidente da Junta explicou que por falta da devida documentação, a continuação da mesma ficou marcada para o dia de hoje, com todo os Pontos da O.T De seguida deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

Presidente da Junta – Iniciou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes. Informou que o ano de 2025 foi de muito trabalho e atividades. Abriram a segunda sala de estudo na Escola Irene Lisboa, a abertura da Casa Social que neste momento oferece 40 banhos diários a pessoas em situação de sem-abrigo. Tiveram controle nas sobrelotações, devido aos atestados de residência, foi agredido, mas mesmo assim tentou que todas as pessoas que escolheram o Porto para viver, não fossem exploradas. Esforçou-se por responder às necessidades de todos os fregueses da nossa União e de ter criado mais respostas às que já tinham. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Sr. Presidente da Junta e de imediato deu início ao **Ponto 1 da O.T “Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas Relativos ao Ano de 2025”**. De seguida deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

Presidente da Junta – Iniciou a sua intervenção por agradecer a todos os Membros da Assembleia terem entendido o problema do atraso na entrega da documentação, já que o mesmo foi causado por um problema técnico que ultrapassa a Junta. Todas as Juntas da cidade que utilizaram este sistema, tiveram a mesma situação. Afirmou que quando tomou Posse desta Junta, ela estava falida, não havia dinheiro para pagar salários aos funcionários. Passados dois anos, apresentaram um Saldo de Gerência no valor de 180.000,00€, tendo a sua quantia subido todos os anos e com muitas respostas. É uma almofada financeira que permitiu, apesar do atraso da CMP em efetuar o pagamento, não ter constrangimentos para efetuar pagamentos em ano de eleições, os vencimentos dos funcionários, bem como às respostas sociais. No seu entender esta União é a que tem mais respostas sociais, como ATL’S, Salas de Estudo com apoio a português, Inglês e Matemática, Casa Social, Convívios, Eventos Culturais e Desportivos, tendo também sido criado mais um grupo coral com 40 elementos. Neste momento esta União tem 2 grupos corais. Foi a única Junta da cidade a concorrer ao PRR. Em 2024 apresentou um saldo de gerência no valor de 212.000,00€ e este ano o saldo é de 207.000,00€, o que significa que apesar de tantas respostas colocadas ao serviço dos fregueses e pagamento aos funcionários, praticamente pouco se mexeu na referida almofada financeira. Se os Srs. Deputados votarem contra estas contas, estão a votar contra todo este trabalho desenvolvido e da boa gestão financeira. -----

Miguel Semedo (BE) – Iniciou a sua intervenção por afirmar que queria fazer uma nota inicial sobre o relatório de atividades e a prestação de contas de 2025. Lamentam o curtíssimo prazo



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

dado às forças políticas para avaliação destes documentos. Foram enviados apenas com três dias de antecedência e nenhum deles é representante profissional, cada um tem os seus trabalhos a sua vida pessoal. Relativamente ao relatório de atividades, existe um velho e repetido problema que é o facto de ser apresentada aqui uma lista de tarefas e não um relatório de atividades. Não existiu balanço político das medidas do Executivo, nem análise política. Tal como em anos anteriores, este documento não permite compreender quais são os principais problemas da Freguesia, qual a sua dimensão e nem de que forma a ação do Executivo contribuiu para os resolver. Não existem dados sobre a pobreza, a exclusão social, o envelhecimento, a habitação, entre outras. Entende que sem esta informação, não é possível perceber, quantas pessoas estão em situação de vulnerabilidade e em que zona da Freguesia se concentram os maiores problemas. Afirmou que iria focar o aspeto da Coesão Social. Neste capítulo deveria constar, mas que neste Relatório não existe, a Casa Social, o Banco Social, o programa da Bilha Solidária entre outros. Tudo isto são respostas de Coesão Social que deveriam estar no Relatório contextualizadas aqui e analisadas pelo Executivo. Também neste capítulo, gostariam de saber quantos cabazes alimentares foram distribuídos, se aumentou ou diminuiu em relação aos anos anteriores e quais foram as razões. São números importantes para perceberem a situação real na Freguesia. Sem estes dados, o BE não entende como é que algum Partido conseguirá votar a favor deste Relatório. No que diz respeito à Casa Social, entende que está um pouco mais explícito, porque dá para perceber que os serviços mais procurados são os banhos as lavagens de roupa, mais do que o corte de cabelo e o bem-estar do animal. Outra preocupação é o facto de a Junta não ter ainda implementado o Gabinete de Apoio ao Cuidador Informal, proposta aprovada em Assembleia de Freguesia e em sede de preparação e do Plano de Atividades e Orçamento em 2022, pois entendem que é uma falha grave. Esta proposta foi iniciativa do BE. Quanto às contas, quis apenas salientar o PRR, foi a causa da baixa execução orçamental e já tinha acontecido em 2024. Pretendem saber o que é que a Junta pretende fazer para resolver a situação do Largo Tito Fontes, do Largo de São João Novo e a reduzida percentagem de fundo para o investimento. -----

Presidente da Junta – Informou que esta documentação é técnica e sobretudo contabilística. Quanto à parte política, este relatório de contas não é um levantamento dos problemas da freguesia, nem um relatório de estudos. No que diz respeito ao Banco Social, não é possível explicar a oscilação da entrega dos cabazes, embora tentem responder a todos que necessitam de ajuda. Quanto à Casa Social é importante perceber que quando o Sr. Deputado afirmou e passou a citar: “É impossível votar a favor deste Relatório”, fim de citação, é afirmar da impossibilidade de votar a favor da Casa Social e das respostas que a Junta está a prestar às pessoas. Se o Sr. Deputado não se sente confortável em votar este saldo de gerência, que é uma almofada financeira, em que as funcionárias recebam o vencimento e que esta União é a que tem mais respostas na cidade, terá de explicar esta sua opinião aos eleitores. -----

Vítor Vieira (CDU) – Iniciou a sua intervenção por afirmar que na pessoa do Sr. Presidente da Mesa, cumprimentava todos os presentes. Afirmou que concordava com muitas das coisas que o Deputado do BE Miguel Semedo anteriormente referiu. De seguida leu um documento intitulado “1 – Relatório e Contas 2025”, que fica na Ata como Anexo 1. -----

Presidente da Junta – Afirmou que compreendia o que tinha acabado de proferir, bem como com os argumentos apresentados. Também o informou que já estavam habituados a que a CDU votasse contra. Aproveitou para dizer que a Junta tem a Creche do “Miminho”, num terreno que é municipal, embora o equipamento seja da Junta. Tem este assunto para resolver com a CMP já desde o anterior mandato. Solicitou que lhe fosse cedido o direito de superfície durante 30 anos. A Junta não aplicou dinheiro naquele equipamento porque está totalmente





União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

desatualizado e nem cumpre as normas de funcionamento. As despesas correntes aumentaram porque as respostas dadas aos fregueses também aumentaram. Quanto ao PRR, o Sr. Deputado, a CDU votou contra a aquisição do imóvel. Se a Junta não tivesse feito a candidatura, provavelmente perguntaria porque é que a Junta não se candidatava para recuperar os prédios e fazer obras. Informou que realizaram duas candidaturas, sendo que uma era para recuperação de imóvel para compra e outra para reabilitação. Elas mantêm-se lá porque a qualquer momento poderia haver mudança nos prazos, poderia haver novas datas e desta forma não haveria a necessidade de repetir as candidaturas ao PRR. Explicou que o prédio tem condomínio e os donos das outras frações entenderam, uma vez que são maioritários porque têm 3/4 deste edifício, entenderam que as letras e mastros não deveriam estar na fachada. A decisão foi tomada pelos condóminos e a Junta tem de respeitar a vontade da maioria.

Presidente da AF – Interveio para informar o Sr. Deputado que o artigo 30º do Regimento define poder intervir em Defesa da Honra. Afirmou que tem dois minutos para falar, mas que não seja uma contra-argumentação. É para esclarecer no que tenha a ver com a sua dignidade, a sua forma de ser, de estar e de intervir nesta Assembleia.

Vítor Vieira (CDU) – Agradeceu a oportunidade para intervir e esclarece que vem fazer a Defesa da Honra em nome da CDU. Afirmou que o Sr. Presidente da Junta teceu comentários pelo facto de a sua bancada partidária não ter apoiado o documento. Fez questão de referir que a oposição é para isso mesmo, não tem de estar de acordo com quem estiver no poder. Referiu igualmente que conjecturar sobre o que a CDU faria ou não faria se a Junta de freguesia não tivesse apresentado candidatura ao PRR é um exercício de pura imaginação.

Presidente da Junta – Afirmou que estavam habituados à postura da CDU. Recentemente na Assembleia Municipal foi falado o aumento de 3% que o Sr. Presidente da Câmara deu às Juntas de Freguesia. A CDU votou contra. Já estão habituados.

Pedro Videira (PSN) – Iniciou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes. Afirmou que subscrevia integralmente a primeira nota de intervenção do Deputado Miguel Semedo, do BE. É impossível analisar este documento em tão pouco tempo. Esta análise deveria ter sido feita com mais atenção, mais dedicação, para se poder elevar o debate político e discutirem com mais capacidade estes documentos tão importantes. Não vai repetir as intervenções da bancada partidária da qual faz parte, mas sim do PSD, Partido a que pertence. Um relatório pretende fazer uma análise do que foi proposto e qual o seu resultado atingido. Está descrito unicamente o que foi feito. Não existe quantificação, não há qualificação do que foi feito, se foi bom ou não ou se foi mais ou menos e até o próprio número de inscrições. Não existe uma avaliação qualitativa ou até um inquérito às pessoas, nada disso está demonstrado no documento. É um pouco complicado do ponto de vista político analisar esta prestação de contas, quando na verdade, estão elencadas apenas um conjunto de ações e atividades realizadas, sem rigorosamente mais nada. Ao organizarem uma determinada festividade, deveriam informar quantas pessoas estiveram presentes, os meios que foram envolvidos o que é que foi diferente e o que poderia ter sido melhor. Desta forma seria mais esclarecedor. Entende que desta forma é impensável. Afirmou que pode ser defeito de formação, mas parece uma cópia de um artigo do Google Calendar para espelhar aqui. O que lhe pareceu mais assertivo foi a análise feita à Casa Social. Na sua opinião, há um componente que faz falta, que são os relatórios sobre os Protocolos, quer estejam em vigor, quer os que já terminaram. O que foi feito, quanto se gastou, o que não se gastou e se o Protocolo é para se manter ou não. Nota algumas incongruências leves que já foram ressalvadas na Assembleia. Por último quis referir-se às Casas de Banho. Deu o exemplo do Sanitário da Rua Escura, que teve uma receita



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

[Handwritten signature and initials]

de 7,00€. Entende que seria bom saber o que se passa, porque são equipamentos geridos por nós, mas cedidos pela CMP e fazer uma análise para perceberem a evolução da receita em cada equipamento e perceber se faz sentido aquele espaço estar aberto ou não. Presume que esteja um recurso humano afeto a esse equipamento no horário das 9.00h às 17.00 h. Fará sentido? De seguida dá o exemplo do Ginásio sediado em Miragaia, em que esteve aberto, depois esteve fechado e foi motivo de alvoroço, mesmo nesta Assembleia. Seria bom saber quantos utilizadores tem o ginásio. Pode até não se justificar a sua abertura, mas para isso teriam de saber quanto pessoas o utilizam. Pode acontecer de haver respostas para esta atividade relativamente perto e com uma adesão superior. Referiu que estas são algumas perguntas que gostaria que fossem respondidas. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado e de seguida deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

Presidente da Junta – Informou o Sr. Deputado que realizam atividades, mas não conseguem quantificar as pessoas que lá estão. Na festa de Natal, estiveram 500 ou 600 crianças, mas não têm forma de controlar as entradas. O mesmo acontece com a Gala de Desporto. Pode fornecer números dos banhos e dos cabazes do Banco Alimentar. No que diz respeito aos Protocolos e cedências, vêm a esta Assembleia. Tudo o que não é cedências, está no site da Junta, mas as atividades muitos dos toxicodependentes são agressivos. O quem se fez foi entregar uma chave a uma Associação chamada “Azul de eleição” que fazem o favor de abrir, fechar e conseguem fazer a manutenção e limpeza. Também referiu que existe falta de Recursos Humanos porque por vezes, temos funcionários que estão doentes, com baixa médica e não é fácil dar resposta. Esta casa de banho está a dar resposta, tem as portas abertas, está limpa e não tem consumo de droga. Como está entregue à Associação, a Junta não tem faturação. No que diz respeito ao Ginásio informou que enviou um e-mail ao Sr. Presidente da CMP a informar que a procura não justifica ter um recurso humano nas instalações, não é uma resposta que a Junta consiga dar. Decidiu o Executivo entregar estas instalações à CMP. -----

Sara Silva (CHEGA) – Iniciou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes. Afirmou que iria centrar a sua intervenção na prestação de contas de 2025. Referiu que a Junta fechou o ano contabilístico com um prejuízo de 135.000,00€. Significa que o Património, o edificado, viaturas e equipamentos, desvalorizaram-se em apenas um só ano. O Executivo ainda aumentou o valor das despesas correntes em 193.000.00€ tendo reduzido o investimento em apenas 1%. Gastam mais em funcionamento e eventos e não se investe para travar a degradação destas estruturas. Verificou que as despesas com pessoal são 58% da despesa total, não entende se tem a ver com encargos ou se estão a pagar melhores salários, mesmo sabendo da diminuição de funcionários. No que diz respeito às transferências e os subsídios no valor de 354.000,00€ a Instituições/Associações para apoiar o Associativismo, entende que é louvável, mas não neste caso porque não tem grandes critérios objetivos. Também reparou na dívida à Caixa Geral de Aposentações e gostaria de um esclarecimento sobre este assunto. -----

Presidente da Junta – Afirmou que anteriormente já falaram sobre a documentação e todos estavam cientes da dificuldade técnica dos mapas da Medidata. Adiou a reunião de Executivo e só enviou os documentos com 3 dias de antecedência para a Assembleia. A lei geral fala em dois dias, embora o Regimento desta Assembleia ter sido aprovado no mandato anterior, referir os três dias, não se pode sobrepor à lei do País. Referiu que a almofada financeira tem vindo a crescer desde 2022, apesar de o ano passado terem decorrido vários atos eleitorais, a diferença este ano é de 4.000,00€. Apesar de não saber qual seria a vontade dos fregueses na eleição dos Órgãos Autárquicos, deixaria em ordem as contas desta Junta. De seguida informa



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

a Sr^a Deputada do CHEGA que têm feito investimentos. Adquiriram todo o parque informático para os edifícios, mas para as obras ao edificado, é necessário muito dinheiro. Para ter uma ideia, a recuperação do prédio aqui no Largo Tito Fontes, o edifício de São Nicolau e as casas da Lapa, para cada um deles, são necessários 400.000,00€. Esta Junta não tem esse dinheiro e só poderá executar estas obras, se arranjar um parceiro privado que queira ajudar. Quando tal acontecer, trará todas as informações a esta Assembleia. Explicou que aos 135.000,00€ de saldo negativo, falta a amortização do património da Junta que são 139.000,00€. Assim sendo, há 4.000,00€ de saldo positivo. Apesar de haver mais oferta de atividades, as contas estão certas. No que diz respeito ao Orçamento Colaborativo e a Fundo de Apoio ao Associativismo, a Junta investiu mais de 50.000,00€ nessa linha de apoio. Os critérios e regulamentos são feitos por um júri extra Junta, pois só assim é feita uma escolha de projetos de forma transparente. No que diz respeito às dívidas, salientou que nunca foi chamado pela Autoridade Tributária nos últimos 4 anos. Recentemente foi notificado para ir às Finanças para efetuar um pagamento de uma dívida no valor de 55.000,00€, que é uma sentença. O antecessor e o gabinete jurídico, tinham acordado um plano de pagamentos e pagaram. Quando saiu a sentença, o advogado entendeu que tinham de fazer um acerto de contas do dinheiro que se pagou nas prestações, sobre a sentença. Quando souberam da sentença, o dinheiro entregue antes, foi para abater à dívida e não ao valor da sentença. Tentou fazer um acordo para efetuar um plano de pagamento, mas não aceitaram. Terá de ser paga de uma só vez. Se estas contas não forem aprovadas, este dinheiro será retirado nas atividades da Junta. -----

Vítor Vieira (CDU) – Solicita este pedido de intervenção para fazer um ponto de Ordem à Mesa. Afirmar que o artigo 14º do Regimento desta Assembleia prevê que, dentro do possível, os documentos sejam entregues com um prazo de antecedência de cinco dias úteis, enquanto a lei refere que deve ser, pelo menos, de dois dias úteis. Por este motivo, nunca poderia ser menos de dois dias úteis e preferencialmente será de 5 dias úteis. Pergunta ao Sr. Presidente, se está a interpretar bem do nosso Regimento. -----

Presidente da AF – Interveio para efetuar a leitura do nº 2, do art.º 53, da Lei 75/2013 e informar o Sr. Deputado que tanto a Mesa como os serviços da Junta cumpriram os prazos determinados por lei. De seguida informa o Plenário que foi enviada para todos os Srs. Deputados, com cinco dias de antecedência, a O.T. e com dois dias úteis de antecedência, foi enviada a O.T. com a documentação. -----

João Videira (PSN) – Afirmou que iria recuperar algumas das informações transmitidas pelo Sr. Presidente da Junta, sobre a avaliação e quantificação da adesão dos eventos, quantas pessoas estiveram, o que foi realizado e quanto se gastou. Explicou que esteve presente na Gala de Natal e reparou que a plateia estava cheia. Nesta situação, entende que é possível fazer um cálculo sobre a capacidade do número de lugares ocupados do auditório, pelo menos uma aproximação. Se chegasse aqui e fosse analisar os relatórios dos anos anteriores que por acaso teve oportunidade de o fazer, na opinião da sua bancada partidária, algumas das atividades fazem sentido, outras porventura não nem, por isso, mas algumas seriam para manter, mas não tem essa informação. Do ponto de vista de gestão e organização era muito relevante. Deu o exemplo dos passeios, porque existem inscrições e determinado valor recebido. De seguida referiu-se à casa de banho da Rua Escura, pois houve uma receita de 7,00€. Deduziu que o Executivo anterior assumisse abdicar da receita daquele sanitário, mas entendeu que deveria deixá-lo aberto, garantir que não era mal frequentado e que lhe era dado o devido uso. Quis saber como foi feito o registo dessa receita. No que diz respeito às contas esteve a analisar e verificou que a despesa com pessoal desceu cerca de 116.000,00€, mas a despesa aumentou por fruto das opções políticas que o Executivo anterior implementou. Parece-lhes que o



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

aumento da almofada financeira se deve à redução da despesa com pessoal. Referiu que a Junta não está a contratar, não está a atrair novos quadros nem a realizar novos concursos. ----

Presidente da Junta – Afirmou que registar as entradas nem sempre é fácil. Mas relembra que a festa de Natal e a Gala de Desporto, os espaços estiveram sempre cheios e será para manter. Muitas vezes fazem uma análise geral para saberem se o evento decorreu de forma positiva ou negativa. Clarificou que também aumentaram as receitas próprias, aumentaram as respostas à população, aumentaram as receitas próprias e reduziram ao pessoal. -----

Alexandre Teixeira (FA) – Afirmou que não iria fazer comentários à parte económica e financeira, porque já o fizeram e quis optar pela parte social. Verificou que o número de atendimentos e de visitas domiciliárias totalizaram 237, dentro da nossa União de Freguesias, durante um ano. Entende que é francamente pouco para aquilo que são o nº de Assistentes Sociais existentes na Freguesia. De seguida referiu que foram entregues 14 cabazes ao domicílio, durante o ano a idosos dependentes. Sugeriu que no relatório estivesse descrito que estes cabazes são por mês e não por ano. Sugeriu a melhoria no relatório no que diz respeito às reuniões com Instituições, não está escrito quantas são. Também, na sua opinião, não está perceptível as quantidades de horas de formação têm as Técnicas por ano, uma vez que por lei, serão 40 ou 42 horas. Finalizou a sua intervenção comentando que na elaboração de futuros relatórios, seria aconselhável saber o que está em cada rubrica para poderem ter uma melhor avaliação do referido documento. -----

Presidente da Junta – Interveio para dizer que se colocassem os atendimentos do Banco Social para entrega dos cabazes, aumentaria, mas teria de estar em rubricas diferentes. Afirmou que pessoalmente também faz atendimentos à população, sobretudo na área da habitação e não é contabilizado. Encaminha para as Técnicas porque são elas as pessoas especializadas para este tipo de informação. Entende que deve ser trabalhada essa parte da informação para os próximos documentos. Informou que neste momento, a Junta, está a entregar 100 cabazes a 100 famílias por mês e 14 vão ao domicílio. Quanto às horas de formação não tem de cabeça, porque isso é com os Recursos Humanos. -----

Inês Moreira (LIVRE) – Iniciou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes. Afirmou que tem sido muito interessante ouvir as questões que as bancadas partidárias têm colocado, porque estão a conseguir analisar em profundidade os documentos que foram entregues há tão pouco tempo. Não são políticos profissionais e estes documentos são difíceis de ler. Aproveitou para agradecer a função da Assembleia, enquanto Assembleia, pois desta forma estão a chegar a algumas conclusões, que no início não eram tão evidentes. Afirmou que era de Cedofeita, umas das freguesias que compõem esta União e que tem uma comunidade artística e cultural bastante importante na cidade e no país. Não vai fazer uma análise de design dos documentos, mas no futuro, talvez pudessem ser envolvidos estudiosos e autores no sentido de os tornar mais fáceis de interpretar. Seria importante que no final do ano, a Junta pudesse para a fluidez desta informação, para que se tornasse de mais fácil compreensão. Nesta União de Freguesias, existem pessoas de maior idade e famílias jovens que ainda resistem ao aumento das rendas. Afirmou que gostaria de se focar nas ocorrências porque entende que é talvez o momento de participação dos cidadãos mais evidente no relatório. É a forma mais próxima do cidadão reclamar na Junta, as várias temáticas, como por exemplo: O lixo, os ratos, as ervas, as pessoas em situação de sem-abrigo, os pavimentos, os buracos, a retirada de ninhos de vespas e o ruído no Centro Histórico. Era importante compreender esta estatística e percentagem, mas também quais os canais que podem impedir que tal aconteça. Referiu-se ao problema com a Polícia Municipal que está a esvaziar a esquadra aqui bem perto e porque a Junta tem vários edifícios e menos funcionários, porque



saíram para a Reforma. Estas decisões não são tomadas de forma imediata e vai ter reflexo no próximo orçamento. -----

Presidente da Junta – Afirmou que devido ao atraso da documentação, não é fácil fazer melhor. Pediu desculpa pelo atraso. É o responsável político do que acontece, mas o erro técnico não consegue ultrapassar. As ocorrências são uma participação cívica que agradecem. Não recebem reclamações, mas sim pedidos e encaminham-nos para a CMP e só sabem da sua resolução se o próprio morador comunicar. Humanamente é impossível ver no terreno as ocorrências comunicadas. -----

Ana Miguéis (PS) – Iniciou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes na pessoa do Sr. Presidente da Mesa. Afirmou que todas as pessoas que vieram falar sobre os relatórios, a descrição das atividades e todos eles têm o seu ponto de vista. Quis chamar a atenção para a relação do Executivo, na pessoa do Sr. Presidente, que tem para com as escolas e com a comunidade educativa. Nesse sentido quis realçar o apoio dado aos quinhentos melhores alunos do Rodrigues de Freitas e da Escola Carolina Michaëlis. Foram vouchers de 15.00€. Explicou que parecia pouco, mas para ela, como professora, significava muito. Falou sobre a Gala do Desporto que salva-vidas e retira pessoas de caminhos eventualmente desviantes. Referiu igualmente, a Festa de Natal com teatro e com presentes para as crianças, que é importante e que ficam para a vida. Também a Casa Social presta um serviço importante. Proporciona a pessoas em situação de sem-abrigo, artigos de higiene pessoal, como por exemplo, escova de dentes. Referiu que quis trazer a sua perspetiva como professora, o quão é importante a presença e a proximidade com a freguesia, bem como o apoio à comunidade educativa e ela própria também colaborar com o Executivo, no sentido de puderem serem usados os próprios espaços das escolas, na realização de atividades de recreio e desportivas, entre outras. -----

José Meireles (PSN) – Iniciou a sua intervenção por dizer que na pessoa do Sr. Presidente da Mesa, cumprimentava todos os presentes. Afirmou que o PS, após esta última intervenção, quis dar algum amparo a todas as críticas que foram feitas devido à falta de discriminação, à falta de explicação daquilo que é o relatório de atividades. Exemplificou que era importante o facultarem a escova de dentes aos cidadãos em situação de sem-abrigo. Esta e outras situações deveriam estar explícitas no relatório e não estão o que leva a serem efetuadas críticas sem alguma razoabilidade, por falta de explicação do Executivo. -----

Presidente da Junta – Interveio para agradecer à Assembleia e à Sr^a Deputada a sua intervenção, pois está atenta às redes sociais e a todo o trabalho que tem sido realizado. Entende que esta Assembleia ter de ser fiel às contas. A almofada financeira contribuiu para o facto de estarem três meses sem receberem da CMP. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Sr. Presidente da Junta e deu a palavra ao Deputado do BE. Perguntou ao Deputado do FA, quantos minutos cedia ao BE, uma vez que o tempo que ainda lhe restava eram três minutos. -----

Miguel Semedo (BE) – Agradeceu a cedência por parte da Bancada Partidária do FA este tempo cedido. Aproveitou esta intervenção para responder ao Sr. Presidente da Junta. Referiu que sobre a distribuição dos cabazes alimentares, foi dada maior explicação nesta Assembleia do que está escrito no relatório. O Sr. Presidente da Junta falou em erros técnicos no atraso da partilha dos documentos. É verdade relativamente à questão do Património. Estiveram reunidos com o contabilista e os técnicos da informática, transmitiram que há cerca de um mês que as contas estavam feitas. Isto não é apenas erro técnico já mais parece um pouco a desculpa. Relativamente às contas e também à almofada financeira. Há uma diminuição na percentagem de investimento, que passou de 4% para 1% de 2024 para 2025. Isto afeta obras,



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

manutenção e modernização dos edifícios. Isto é uma escolha política. Pode melhorar a apresentação das atividades e análise política das mesmas incorporar as propostas aprovadas aqui na Assembleia. Desta forma teria mais votos favoráveis dos partidos de esquerda. -----

Presidente da AF – Interveio para comunicar que o Sr. Presidente da Junta esgotou o tempo. Quando os Srs. Deputados vêm fazer perguntas após o Sr. Presidente da Junta ter esgotado o tempo, têm de ser tolerantes nesta situação. Não é necessário invocar a Defesa da Honra. De seguida deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

Presidente da Junta - Afirmou que o Sr. Deputado já veio aqui tirar todas as dúvidas e agora veio fazer uma alegação para justificar o seu voto, que ele não sabe qual vai ser. Invocou a Defesa da Honra mediante as afirmações efetuadas na anterior intervenção, relativamente às contas. Para estarem fechadas, era necessário que todos os mapas da Medidata saíssem no Programa. Mas tal não aconteceu e por esse motivo não foi possível ter as Contas prontas dentro do período estipulado. Entendeu que não tem de lhe justificar o voto, mas sim à União de Freguesias sobre a decisão tomada. -----

Valentina Almeida (PS) – Iniciou a sua intervenção por dizer que na pessoa do Sr. Presidente da Mesa, cumprimentava todos os presentes. Afirmou que tempos são coisas que não se podem discutir porque vem da lei. Afirmou que se os Srs. Deputados pretenderem receber os documentos com 48 horas de antecedência, em dias úteis, as Assembleias teriam de ser realizadas noutro dia ou então têm de aguentar as 48 horas. -----

Presidente da AF – Informou o Plenário que iriam proceder à votação do 1º Ponto da O.T. “Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas Relativos ao Ano de 2025”. Referiu que a mesma, a partir de agora, para efeito de ficar registado em ata, será identificado o sentido de voto por agrupamento político. Votos a favor: 7, do PS. Abstenções: 10, sendo 7 do PSN, 1 do LIVRE, 1 do CHEGA e 1 do Fazer à Porto. Votos contra: 2, sendo 1 do CDU e 1 do BE. Este Ponto foi Aprovado. Foi entregue pelo BE uma Declaração de Voto, anexo 4. -----

De imediato entrou-se no Ponto 2 da O.T.” **Apreciação e Votação da Primeira Revisão Orçamental para Inclusão do Saldo de Gerência**”. De imediato deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

Presidente da Junta – Iniciou a sua intervenção por agradecer à Assembleia a confiança no trabalho deste Executivo. De seguida propôs a aprovação deste Ponto da O.T. Referiu que 55.000,00€ era para pagar a dívida às Finanças, 20.000,00€ em investimento para eventualmente adquirirem dois torniquetes para os Sanitários e o restante para reabilitação do Património. -----

Vítor Vieira (CDU) – Afirmou que o Executivo propõe aumentar a dotação para a CGA para efetuar liquidação da dívida da extinta Junta de Cedofeita. Quanto a este assunto, nada a opor, mas deixa uma nota crítica quanto a essa dívida e à sua demora na liquidação, o que veio a provocar elevados juros. No que diz respeito às obras, entende que merece explicação mais clara. Que obras e equipamentos seriam? O Sr. Presidente informou que seria para a compra de dois torniquetes. Perguntou o porquê de não estar esta informação escrita no documento e queria saber mais informações concretas sobre as obras. -----

Presidente da Junta – Informou que a Junta tem muito Património para recuperar e os 200.000,00€ não chegam para quase nada. Estão a ver se conseguem através de financiamentos do IPAR ou do Portugal 2030 e para a Creche do Miminho. Mas para isso acontecer precisam da cedência do direito de superfície de 30 anos da Câmara para a União de Freguesias. Não conseguem recuperar o prédio do Largo Tito Fontes, nem do edifício da Rua Comércio do Porto. Têm de arranjar estratégias. Continua a manter a almofada financeira porque se o governo central cair, não podem ficar novamente à espera do FFF. Tem



funcionários e tem de pagar os ordenados e por este motivo, não quer mexer muito neste valor. -----

Presidente da AF – Afirmou que não tinha mais inscrições para intervirem sobre este Ponto. De imediato procedeu-se à votação do **Ponto 2 da O.T. “Apreciação e Votação da Primeira Revisão Orçamental para Inclusão do Saldo de Gerência”**, cujo resultado foi o seguinte: Votos a favor: 9, sendo 7 do PS, 1 do BE e 1 da CDU. Abstenções 10; sendo 7 do PSN, 1 do CHEGA, 1 do LIVRE e 1 do Fazer à Porto. Votos contra: 0. Este Ponto foi aprovado. De seguida entrou-se no **Ponto 3 da O.T. “Apreciação do Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais da União de Freguesias”**. De seguida deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. ----

Presidente da Junta – Afirmou que não teria muito a acrescentas porque é um documento técnico que fala sobre o inventário da União de Freguesias. -----

Vítor Vieira (CDU) – Interveio para ler um documento intitulado “3 – Inventário”, que fica na Ata como Anexo 2. -----

Presidente da Junta – Informou que o Património imobiliário está sempre a valorizar e os valores são ascendentes. A oscilação que o Sr. Deputado fala, não é a Junta que coloca, ele vai subindo. -----

Vítor Vieira (CDU) - Afirmou que compreendia que os valores imobiliários se possam modificar ao longo do tempo, o que não compreende é porque é que isso aconteceu: se há uma fórmula, se resulta de imposição de outra identidade qualquer, se alguma coisa externa provocou esta mudança. Solicita que a Junta em próxima sessão da Assembleia, esclareça esse assunto. No entanto quis referir um aspeto que o Sr. Presidente da Junta se esqueceu: é que outros valores podem mudar, mas o valor da aquisição tem de ser sempre o mesmo, o que não acontece aqui. -----

Presidente da Junta - Afirmou que iria ver com os serviços da Junta que elaboram o Património e fará chegar-lhe a resposta. -----

Presidente da AF - Interveio para afirmar que não havia mais inscrições e de imediato passariam ao **Ponto 4 da O.T. “Apreciação da Informação do Presidente sobre a atividade desenvolvida e situação financeira da Autarquia”**. De seguida deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

Presidente da Junta - Afirmou que o que mais foi falado aqui nestas Assembleia foi sobre a atividade da Junta. É um relatório sobre a sua prestação trimestral, mas engloba um pouco a sua prestação no ano de 2025. -----

José Meireles (PSN) – Interveio para afirmar, para o caso de existirem dúvidas, que ele não é um crítico, não tem redes sociais, mas a política utiliza-as. No seu entender, algumas atividades não podem ser pelas redes sociais. Sempre que vier falar ao microfone nesta Assembleia, tudo o que possa dizer em desacordo com o Sr. Presidente da Junta, não é uma questão pessoal, é uma questão política. Pretende colocar um desafio pessoalmente enquanto Presidente da União de Freguesia e também ao Partido Socialista. Durante quatro anos, o PS fez fortes críticas ao estilo de documento que hoje aqui é apresentado. No entender da sua bancada partidária, este documento não augura nada de bom para o futuro. -----

Presidente da Junta – Respondeu que o uso das redes sociais é a forma de tentar chegar a toda a população, para além de flyers e comunicações. Sobre as reuniões nem sempre tem resultados pretendidos. -----

Vítor Vieira (CDU) – Interveio para ler um documento intitulado “4 – Informação periódica”, que fica na Ata como Anexo 3. -----

José Meireles (PSN) - Afirmou que o que o Sr. Presidente acabara de fazer aqui, era inaceitável. Depois de responder aos Deputados do BE e da CDU, em que as questões que



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

SM

foram colocadas não eram da responsabilidade da Junta, mas sim do município. Entende que o Sr. Presidente da Junta, teve a ousadia de afirmar que algumas das competências são do município ou até do estado central. Também referiu o facto de não ter solicitado uma reunião com o novo Executivo Municipal, nem com ninguém. Na sua opinião entende que é preocupante, embora umas vezes fala e outras não, porque podem obrigar a ter outras responsabilidades de apoio social, logístico e de proximidade com as populações. -----

Presidente da Junta – Interveio para dizer que respondeu ao colega de bancada partidária sobre o seu parecer em relação à polícia. É presidente de uma autarquia de proximidade que lhe dá legitimidade de usar a sua voz em representação dos moradores e frequentadores da União, para comentar o que está bem ou não. Esta União merece ter uma polícia ativa. -----

José Luís Silva (PS) – Afirmou que na questão de segurança, apoiava o Sr. Presidente da Junta. Informou que presenciou um assalto. Desde que chamou a polícia inicialmente, até eles aparecerem, demorou 52 minutos. Por instinto, entrou mesmo na casa que estava a ser assaltada, mas reconhece que o não deveria ter feito. É muito tempo esta espera pela polícia. Afirmou que tinha vergonha numa situação desta e que a PSP não funciona. Se tiver de o dizer pessoalmente aos polícias, fará. Na sua opinião servem para passarem multas e estarem a jogar nos telemóveis, dentro dos carros-patrulha -----

Miguel Semedo (BE) – Interveio só para sublinhar que ficaram a perceber que para o Sr. Presidente da Junta, qualquer proposta de Recomendação, votada e aprovada nesta Assembleia, serve de pouco, é apenas uma deliberação, que não obriga o Executivo à sua execução. Do ponto de vista democrático é muito pouco. Perante a questão política, terá de responder aos fregueses e estava a referir-se a três propostas concretas. Primeira: Criação de um gabinete de apoio ao cuidador informal. Segunda: Celebração dos 30 anos do Centro Histórico do Porto a Património Mundial e a terceira que o Executivo convocasse uma reunião entre diversas Instituições relevantes da cidade, para discutir o atual estado do atendimento ao público por parte da União de Freguesia e as questões de segurança. Foi aprovado em Assembleia, mas para o Sr. Presidente, não é assim tão importante. -----

Presidente da Junta – Afirmou que para o Sr. Deputado fazer política, vale tudo. A Democracia é a Assembleia querer executar. Para o BE a democracia é a Assembleia deliberar e o Executivo ter de fazer. Terá de perceber o porquê da separação de poderes, entre os Órgãos Executivo e Deliberativo. Informou que quanto ao gabinete de apoio ao cuidador informal entenderam que é mais importante que as Técnicas façam um trabalho sério nessa matéria, com as Instituições e foi criada uma Comissão Social da Freguesia para analisar os problemas. As pessoas foram convocadas e aderiram a participar nestas Comissões Sociais da Freguesia. -----

Valentina Almeida (PS) – Afirmou que só vinha falar sobre o problema da habitação. Vivem numa União de Freguesias em que o metro quadrado tem um valor elevado e não vê o município preocupado com este tema, sobretudo na nossa União de Freguesias. Gostaria de relembrar este assunto à Bancada do Porto Somos Nós, que também vieram falar sobre habitação. -----

João Pedro Videira (PSN) – Interveio para afirmar que o Plano de Atividades e Orçamento vem à Assembleia de Freguesia para ser aprovado. É esta Assembleia que aprova, mas se reprovar, o Sr. Presidente não faz e não tem poderes para o fazer. Tem poder para gerir administrativamente a Junta. Afirmou que o município e este Executivo, foram eleitos há sensivelmente sete meses. Existem um conjunto de promessas feitas em campanha eleitoral e que estão a ser cumpridas. São quatro anos de mandato e as políticas públicas vão aparecer no final deste período. Caberá aos eleitores fazer a avaliação de forma positiva ou negativa e aí saberemos qual o resultado do PS. -----





União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Presidente da Junta – Dirigiu a sua palavra ao Sr. Deputado para relembrar que veio aqui dizer que se o Orçamento não fosse aprovado na Assembleia, não poderia executar. Afirmou que o Sr. Deputado teria de falar de assuntos que sabe. Mesmo o Orçamento não sendo aprovado, governa sobre o último Plano e Orçamento aprovado, executa na mesma. O maior Orçamento da Junta foi aprovado há dois anos e o deste ano. Quanto às promessas de campanha, ainda não se vê a sua implementação, tais como: os cem polícias municipais, o passe gratuito e a sala de consumo assistido. As pessoas compram a droga e vão ter de percorrer mil metros para a consumirem, porque é esta a distância que vai ficar a sala de consumo assistido. Está preocupado com esta políticas públicas da Câmara Municipal. Esclareceu que o seu Partido são as pessoas e está no PS como independentes. -----

José Meireles (PSN) – Afirmou que o Sr. Presidente da Junta e pediu desculpa pela expressão, gosta de dar palpites sobre o consumo da droga na sala assistida e sobre a polícia, deveria dar sobre a freguesia. Falar sobre o acompanhamento às famílias, aos cidadãos carenciados, o apoio a idosos e crianças. Deve dar informações aos Srs. Deputados, que por sua vez, tiram as conclusões. Para terminar a sua intervenção, referiu, que em termos históricos, tem obrigação de tornar públicas as posições do Partido. O silêncio sobre algumas matérias, entristeceria alguns dos fundadores do PS. -----

Presidente da AF – Informou que não existem mais inscrições e nos termos do Regimento, está no horário de encerrar a sessão. Quis agradecer de todos e o rigoroso cumprimento do tempo. Referiu que a Assembleia correu bem e isso deve-se a todos os presentes. Solicitou aos Srs. Deputados que após a receção da proposta da Ata, teriam dez dias para a enviarem com as respetivas alterações. De seguida, afirmou que poderiam ainda hoje aprovarem a minuta da ata. Mas devido ao adiantado da hora e tendo em consideração a presença das Sras. Secretárias da Junta que prestam apoio a esta Assembleia, propôs ao Plenário que aprovasse um voto de confiança à Mesa, para que as mesmas elaborassem a Minuta, ser assinada e posteriormente, ser enviada para todos. De seguida deu a palavra ao Deputado da CDU. -----

Vítor Vieira (CDU) – Interveio para um pequeno Ponto de Ordem à Mesa. Perguntou se a Minuta da Ata iria ser publicada no site para que pudesse ter efeitos executivos. -----

Presidente da AF – Informou que existe no site da Junta um ícone onde estão registadas as Atas. De seguida foi colocada a votação, o voto de Confiança à Mesa, que neste caso concreto, às Sras. Secretárias, para a elaboração da Minuta, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. De seguida deu por encerrada a Sessão. -----

Edifício Santo Ildefonso, Assembleia de Freguesia da União de Freguesia de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, 15 de maio de 2026, pelas 00,05 horas. -----

O Presidente:

O 1º Secretário:

O 2º Secretário:



1 - Relatório e Contas 2025

A apreciação deste ponto poderia ser meramente um *proforma*, na medida em que se refere a mandato antecedente.

Porém, não podemos esquecer que o Presidente e o Tesoureiro são os mesmos do anterior Executivo, portanto há uma responsabilidade continuada e é assim que a apreciaremos.

Desde logo importa realçar que há sempre lugar para aprendizagem. E o que aprendemos neste processo foi que se mantiveram métodos antigos de elaboração destes documentos: detectamos incongruências na Revisão Orçamental de 2025, feita há um ano para incorporar os 211.848,03€ de Saldo de 2024.

Nesse documento referia-se que os valores das "dotações iniciais" das rubricas de Capital que iam ser beneficiadas ("Creches" e "Obras") eram de 5.000,00€ e 759.600,00€ respectivamente - um total de 764.600,00€.

Na verdade os valores que constavam no Orçamento eram 5.000,00€ e 806.000,00€, um total de 811.000,00€ - uma diferença de 51.400,00€, que ficou por explicar.

A Revisão teria aumentado esses valores em respetivamente 105.000,00€ e 106,848,03€; mas não interessa muito, porque a verdade é que a execução dessa Despesa de Capital foi... zero.

Vejamos então o resto no que respeita a números:

- o Orçamento inicial (p.111+ do PDF) previa um total de **Receita Total** de 3.475.584,68€ e uma **Despesa Total** do mesmo valor. Com a Revisão, que implicou acrescentar o Saldo de Gerência de 2024 como Receita de Capital (p.128), esse montante foi aumentado em **211.848,03€**. Sucede que no que respeita a "alterações permutativas e modificativas" (p.124+), o total de reforços subtraído do total de anulações (p.132) resulta num excesso de **211.908,03€**, que é similar mas não coincide com o Saldo de Gerência 2024 incorporado (são menos 60,00€). Um erro menor, diríamos; mas mais um erro.
- a Conta de Gerência reporta as seguintes taxas de execução:
 - Execução Global: 2,3M€ de 3,7M€, ou seja, 62%, menos de dois terços
 - Receita Corrente: menos 27 mil euros que o previsto - execução de 99%
 - Receita de Capital: 0,00€, logo uma execução de 0%
 - Despesa Corrente: gastou-se mais 78.250,00€ do que previsto - uma execução de 103,5%
 - Despesa de Capital: 24.048,24€ de uma previsão de 1.434.651,55€ - uma execução de 1,7%
- acresce que a diferença entre o total arrecadado e o total dispendido revela uma diferença negativa de **3.890,36€**; contudo, esse valor não coincide com o apurado no texto (p.47): ali refere-se uma arrecadação de 2.302.856,50€ e uma despesa de 2.306.866,76€, resultando

numa diferença negativa de **4.010,26€**, mais uma contradição que reduz a credibilidade do documento, pois logo na página seguinte se refere o valor correcto.

- por fim, subtraindo ao saldo de gerência de 2024 o resultado negativo do exercício (211.848,03€ - 3.890,36€), o saldo a transitar para 2026 diminuiu para **207.957,77€** - um valor que se pode considerar uma “almofada” financeira para situações de emergência, e que vai ficando mais pequena.

Só estas diferenças já levantam sérias dúvidas sobre a veracidade destas contas, o que se lamenta e que nos obrigará a que novamente nos tenhamos de manter extremamente vigilantes quanto a este aspecto, até pelos possíveis efeitos financeiros pessoais. O “bode expiatório” apresentado, o alegado “atraso” de uma “execução dos projetos do PRR”, é algo que nem sequer existiu, porque o projeto foi liminarmente eliminado.

Quanto ao exercício de 2025 fica claro que, para além do que quotidianamente é feito - a receita e despesa corrente, seja o recebimento de taxas ou transferências, seja o pagamento de consumos ou de salários - a Junta apenas tem para apresentar os custos imputados à obra de manutenção da fachada do edifício, que aliás serviram para dela fazer desaparecer o nome da União de Freguesias e os mastros cerimoniais, tornando este um espaço “clandestino” no seu próprio território. Pior, só mesmo a entrega da sede oficial à PSP, por arrendamento.

O texto do Relatório, repleto de gráficos que não fazem sentido e de números que já conhecíamos das Informações Periódicas, nada revela de substancial. Aquele que era o grande objectivo para 2025, a aquisição e requalificação ligeira de um prédio de habitação com 5 fracções, gorou-se completamente, confirmando a justeza da posição que a CDU tomou contra tal devaneio, que consumiu tempo e energia que teriam sido melhor empregues noutras áreas - a creche que não foi feita, por exemplo.

Uma última nota para o facto de finalmente parecer estar em fase de conclusão a dívida à CGA que foi herdada da extinta Junta de Cedofeita, tendo ainda de se pagar cerca de 56 mil euros (p.61).

Assim, deixando novamente um aviso sobre a necessidade de acabar com a prática de apresentar contas e números duvidosos, a CDU vota hoje esta Conta de Gerência tal como votou o Plano e Orçamento que lhe deram origem: **contra**.

Pel'A CDU,

(Vítor Vieira)

14.05.2026



3 - Inventário

Anexo 2

Este documento apresenta como que uma “radiografia” dos bens pertencentes à União de Freguesia neste início de mandato, em 2025, sejam móveis ou imóveis.

Porém, através dele não conseguimos saber o real valor do património existente, o que em certa medida não se compreende pois aquando da fusão das Freguesias, em 2013, deveria ter havido esse cuidado: saber com que valor cada Freguesia contribuía.

Globalmente, falta valorizar muitos dos bens, algo até expectável por muitos itens serem aquisições antigas. Mas o total da valorização que é apresentado - 2,8 milhões - difere em 100 mil euros do valor constante do Inventário em 2021, sem explicação clara.

Sucede que depois de consultar esse Inventário, apresentado em 2022, **constatamos um conjunto de discrepâncias no que respeita a imóveis.**

Por exemplo, o edifício da Praça Pedro Nunes aparecia ali com um “valor de aquisição” de 670.500€, um “valor patrimonial actual” igualmente de 670.500€, e um “valor patrimonial líquido” de 402.300€.

Agora, quatro anos passados, surpreendentemente aparece com valores bastante diferentes: a “aquisição” desce 61 mil €, para 609.800€; o “patrimonial actual” sobe 10 mil €, para 680.502€; e o “patrimonial líquido” desce mais de 130 mil €, para 274.021€.

De 670-670-402 passa para **610-680-274**. Como pode diminuir o “valor de aquisição”?

Também o imóvel de Carlos Alberto aparece com os valores de 278-278-167 mil em 2022, mas **278-288-101** mil em 2026.

Situações similares ocorrem noutros imóveis.

Pese embora não esteja em causa qualquer perda ou ganho real, pois a propriedade destes imóveis continua a ser da União de Freguesias, a CDU entende que esta matéria tem de ser urgentemente clarificada, pelo que insta a Junta de Freguesia a, na próxima sessão da Assembleia de Freguesia, apresentar uma explicação completa sobre o que se passa com o Inventário, particularmente no que respeita aos bens imóveis.

Pel'A CDU,

(Vítor Vieira)

14.05.2026



4 - Informação periódica

Anexo 2.3
cu

Face ao curto tempo de que dispomos e tendo em conta a habitual pobreza destas "informações periódicas", vou focar apenas alguns aspectos que não constam nela, e depois enumerar questões que carecem de esclarecimento.

Primeira questão: a Rua de Burgães.

Em recente visita e em diálogo com os moradores ficamos a saber que a rua não teve intervenções de fundo nas últimas três décadas, e não está incluída no programa "Rua Direita".

Ora, o piso irregular e os passeios insuficientes e degradados impedem o uso por cadeiras de rodas ou carrinhos de bebé numa rua que regista um grande movimento de viaturas. Acresce que havia ali um Ecoponto, que foi retirado, dificultando os esforços de reciclagem. E a somar a tudo isto ocorreu recentemente a derrocada de um muro particular, uma situação de risco que tarda em resolver-se.

Por isso pergunto: **que intervenção junto da Câmara vai a Junta fazer quanto a estas questões?**

Segunda questão: a zona da "movida"

Como se sabe, o ruído, a delinquência e o lixo na zona da cidade a que pomposamente se chama "movida" têm sido uma constante, infernizando a vida dos moradores, e a Câmara nunca teve uma atitude eficaz. Agora foi lançada uma campanha muito "modernaça", mas inócua como as anteriores - não serão os vídeos e as letrinhas luminosas que irão reduzir os problemas de quem ainda ali reside e resiste.

Ao mesmo tempo persistem problemas, como a degradação do piso das ruas ou da pintura de passeadeiras, ou a proliferação da videovigilância que corre atrás do prejuízo em vez de o evitar, bem como a iluminação insuficiente e a instalação de mobiliário urbano que "convida" a ainda mais ruído e ajuntamento.

Por isso pergunto: que intervenção junto da Câmara vai a Junta fazer quanto a estas questões?

Terceira questão: a informação aos membros da Assembleia

A um Pedido de Informação recente com várias perguntas sobre a Esquadra de Cedofeita, o senhor Presidente mandou uma funcionária responder uma única palavra: “Sim”.

Esta falta de respeito pela acção fiscalizadora da Assembleia tem sido uma constante nos últimos mandatos e parece querer prosseguir. Há pedidos de informação que desde o ano passado aguardam resposta - e deviam ser respondidos em 30 dias. É o caso da lista de imóveis, os Relatórios dos Contratos Administrativos, ou a falta de comunicação de Minutas e Atas da Junta de Freguesia.

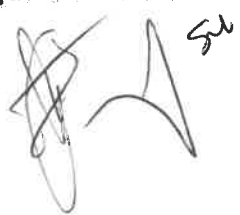
Pergunto: vai o Executivo finalmente cumprir a Lei e informar devidamente a Assembleia?

De resto, neste documento a Junta aparece sobretudo a encaminhar situações para a Domus Social, IHRU, SRU ou Porto Solidário. Isso é necessário, mas não chega. Do nosso ponto de vista, a Junta deve ter uma posição mais reivindicativa: não pode limitar-se a gerir casos individuais; tem de exigir respostas públicas estruturais para a habitação, a ação social, os serviços de proximidade e o apoio aos moradores.

Também na cultura, no associativismo e nos eventos, há muita referência a presenças e iniciativas, mas falta perceber que apoios concretos foram dados, com que critérios, que impacto tiveram e de que forma reforçam o movimento associativo popular e a participação da população.

Por isso deixo ao Senhor Presidente da Junta um conjunto de questões a que, espero, venha a responder.

1. Das reuniões enumeradas, que resultou em concreto em benefício da população da freguesia?
2. Que problemas foram identificados e que compromissos foram assumidos pela Junta ou outras entidades?
3. Que reivindicações concretas apresentou a Junta à Câmara Municipal do Porto no período em análise?
4. Quantas situações habitacionais urgentes foram acompanhadas pela Junta, e quantas obtiveram resposta efetiva?
5. Quantas famílias ou moradores estão atualmente sinalizados em risco de perda de habitação ou em situação de grave carência habitacional?
6. Que avaliação faz a Junta da pressão turística, da não renovação de contratos, das rendas incomportáveis e da perda de população residente no Centro Histórico?
7. Que medidas concretas estão previstas para combater o isolamento da população idosa?
8. Que respostas existem para situações de pobreza, sem-abrigo e exclusão social, para além do mero encaminhamento institucional?
9. Que critérios foram usados para apoios a associações, eventos, coletividades e entidades locais?

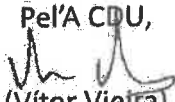
10. Qual foi a execução financeira por pelouro no período em análise?
 11. Que verbas foram efetivamente aplicadas em ação social, habitação, apoio ao associativismo, equipamentos e espaço público?
 12. Que dificuldades financeiras, humanas ou materiais sente a Junta para responder às necessidades da freguesia?
 13. Sobre os pórticos em instalação na Rua de Miguel Bombarda, que informação existe, que impacto se prevê para moradores, comerciantes e mobilidade local, e que posição assumiu ou assumirá a Junta?
- 

Uma nota final, sobre a Execução Orçamental

~~No primeiro trimestre (ou seja, passados 25% do ano) foram arrecadados cerca de 206 mil euros de Receita Corrente (8,5% de um total previsto de 2,4 milhões) e 0€ (ou seja, 0%) de Receita de Capital, de uma previsão de 866 mil. Contudo, há informações contraditórias no documento: Tudo somado, a execução orçamental total até 8 de Abril era de 6,3% dos 3,3 milhões previstos, tudo se encaminhando para que este seja um ano desastroso financeiramente.~~

Fica a nota de que o PCP continuará a insistir numa alteração ao Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais que permita obstar a este tipo de situação.

Mas também pergunto: que medidas pensa a Junta tomar para melhorar a situação financeira?

Pel'A CDU,

(Vítor Vieira)

14.05.2026

Anexo 4  SM**Declaração de Voto**

O Bloco de Esquerda votou contra os Documentos de Prestação de Contas Relativos ao Ano de 2025, nomeadamente o Relatório de Atividades e o Relatório de Gestão da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória devido a quatro razões principais:

- 1) Contestamos o curtíssimo prazo dado às forças políticas para avaliação dos documentos. Os documentos foram distribuídos apenas 3 dias antes da sessão da Assembleia de Freguesia, mesmo após ter sido concedido ao executivo, por todas as forças políticas, um adiamento da discussão deste ponto por mais de duas semanas devido a problemas técnicos na apresentação das contas finais. Esperar que se reveja documentos como o relatório de atividades anual e prestação de contas, com 70 páginas e mais 130 de importantes anexos, em 3 dias não é democrático e não favorece o devido escrutínio pela Assembleia de Freguesia
- 2) Tal como em anos anteriores nos executivos liderados pelo mesmo Sr. Presidente, e após sucessivos alertas e pedidos de esclarecimento de várias forças políticas, o Relatório de Atividades não faz qualquer análise política da grande maioria das atividades da Junta nem fornece dados ou contexto suficiente para que outros o façam. Parece apenas uma lista de tarefas ou declarações vagas, e não um verdadeiro relatório com descrição profunda das atividades, contas associadas, e respetiva avaliação política.
- 3) Também como em anos anteriores, não houve incorporação de propostas do nosso grupo político, tais como a criação de um gabinete de apoio aos cuidadores informais da freguesia, a elaboração de um plano integrado de combate à pobreza, uma aposta na monitorização e melhoria da qualidade do ar na nossa União de Freguesias, entre outras.
- 4) Houve uma baixa execução orçamental, causada fundamentalmente pelo repetida falha na execução de projetos de aquisição e reabilitação de património no âmbito de candidaturas PRR, mas também por uma diminuição da despesa no investimento, que passa de 4% da despesa em 2024 para 1% em 2025.

Porto, 14 de Maio de 2026

Miguel Semedo, pelo Bloco de Esquerda na Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória

